

TRICOTAGEM DE SABERES E FAZERES: UM DIÁLOGO MULTIDISCIPLINAR SOBRE A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E DIREITO

Maria Isadora Rodrigues Vieira¹
Barbara Nunes Sampaio²
Giovanna Oliveira Alexandre³
Dayanna Maria da Silva Oliveira⁴
Marcia de Sousa Figueiredo⁵
Pedro Adjedan David de Sousa⁶

RESUMO

A extensão universitária configura-se como um espaço privilegiado de diálogo entre saberes acadêmicos e populares, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, éticos e socialmente engajados. A Resolução CNE/CES nº 7/2018, ao instituir a política de curricularização da extensão, reafirma seu caráter pedagógico ao integrá-la de forma obrigatória aos currículos dos cursos de graduação, promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, torna-se essencial compreender, sob a ótica teórica, os impactos dessa política na formação discente, especialmente em áreas como Psicologia e Direito, nas quais a articulação entre conhecimento científico e prática social é fundamental. Este trabalho tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão bibliográfica, os efeitos da curricularização da extensão na formação interdisciplinar dos discentes desses cursos no Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, em Juazeiro do Norte-CE, considerando produções acadêmicas publicadas entre os anos de 2000 e 2025. A análise teórica evidencia que a extensão curricularizada, quando orientada por princípios dialógicos e emancipatórios (Freire, 2019), favorece a construção de saberes significativos, ampliando o compromisso ético e político com a realidade social. A interdisciplinaridade emerge como ferramenta pedagógica essencial para a superação da fragmentação do conhecimento (Costa, 2003), possibilitando a integração entre diferentes áreas e perspectivas. Conclui-se que a articulação entre saberes acadêmicos, experiências sociais e práticas interdisciplinares fortalece a formação cidadã,

¹ Graduanda do Curso de Direito do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO, Juazeiro do Norte, CE, Isadorarodrigues578@gmail.com.

² Graduanda do Curso de Direito do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO, Juazeiro do Norte, CE, barbaranunes09@hotmail.com.

³ Graduanda do Curso de Direito do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO, Juazeiro do Norte, CE, gioalexoliveira@gmail.com;

⁴ Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Juazeiro do Norte, CE, dayannamaoliveira@gmail.com.

⁵ Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Coordenadora de Pesquisa e Extensão do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO, Juazeiro do Norte, CE, marciateotonio@leaosampaio.edu.br;

⁶ Professor orientador: doutorando em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, mestre em Educação pela Universidade Regional do Cariri - URCA, docente do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Juazeiro do Norte, CE, pedroadjedan@leaosampaio.edu.br.



comprometida com a justiça social, a equidade e os direitos humanos, reafirmando o papel da universidade como agente de transformação social (Moll, 2012; Oliveira, 2009).

Palavras-chave: curricularização da extensão; interdisciplinaridade; formação acadêmica; psicologia; direito.

INTRODUÇÃO

A extensão vem, por muitos anos, percorrendo seu caminho nas universidades do Brasil, tendo como objetivo central, levar para fora dos muros universitários muito mais do que informação, vendo que é preciso lançar um olhar para sua função social, enfatizado o tripé que sustenta a universidade: ensino, pesquisa e extensão. Neste percurso, cabe uma reflexão sobre que tipo de extensão queremos para a formação no século XXI, e como os universitários podem usar seu potencial para a investigação perante sua vivência no campo da extensão para que haja interlocução entre esses elementos (Castro e HerzGenro 2018).

Sua relevância vem sendo uma ponte para os cursos de Direito e Psicologia, tendo em vista como a extensão pode e vem trazendo constantemente diversos aprendizados. Ao longo de dois anos consecutivos, ambos os cursos vêm desenvolvendo atividades em diversas modalidades como: Cidadania, Democracia e Direitos Humanos; Relações de gênero e Diversidade sexual, demonstrando a capacidade que da extensão para gerar conhecimentos expressivos.

Essa discussão ganhou força com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que implantou as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, determinando a curricularização da extensão de forma obrigatória nos cursos de graduação, com propósito de criar uma educação cidadã do aluno e de promover a transformação social por meio de nova prática de ensino.

A normativa começou a ter caráter vinculante somente a partir de 2023, quando as universidades tiveram exigência regulamentar inserir em sua matriz curricular a carga horária de 10% destinado a tal modalidade, desde lá vem sendo um trabalho voltado a



levar para a comunidade, de forma psicoeducativa e transversal, através de trabalhos em grupos interdisciplinares que pudessem fazer essa ponte, agregando conhecimentos para além da universidade entre os envolvidos (Imperatore, Pedde 2015).

Para (Freire 2001) o extensionista vai para a comunidade não com um papel educativo, não para tornar a comunidade como propaganda de seus conhecimentos e tão pouco em uma domesticação de saberes, mas com o papel fundamental de levar comunicação, e assim ele deve levar em conta os conhecimentos prévios já existentes na comunidade e que ali irá acontecer uma troca de conhecimentos na realidade dos sujeitos envolvidos.

Desse modo, é por essa razão que reside a necessidade de uma análise crítica sobre os impactos dessa nova política em um contexto educacional. Com isso, este trabalho pretende investigar como a curricularização da extensão vem sendo realizada e suas contribuições acadêmicas nas comunidades e como tem sido desempenhada pelos estudantes do curso de Direito e Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, impactando seu processo formativo do ponto de vista pedagógico.

DESENVOLVIMENTO

Paulo Freire (1983; 2019) estabelece que a extensão não deve ser entendida como uma prática de transmissão unilateral do conhecimento, mas como processo de comunicação, diálogo e construção coletiva. Essa concepção fundamenta a crítica à visão verticalizada da universidade, que, historicamente, assumiu um papel de imposição cultural. Para o autor, a extensão deve ser compreendida como práxis, ou seja, ação-reflexão-ação que articula teoria e prática na transformação da realidade (FREIRE, 1983).

Nessa direção, Oliveira (2009) e Chauí (2009) reforçam a universidade como instituição social em constante diálogo com a sociedade, cujo compromisso deve ser o de compartilhar e reconstruir saberes. Lopes, Almeida e Souza (2023) sistematizam os princípios da dialogicidade, politicidade e práxis freiriana como estruturantes da extensão crítica, destacando o protagonismo estudantil e a autonomia intelectual. Jacinto, Martins e Carvalho (2021) também apontam que a extensão, orientada pela pedagogia freiriana,



fortalece vínculos sociais e promove a construção compartilhada do conhecimento.

A Resolução CNE/CES nº 7/2018 representou um avanço ao normatizar a extensão, mas sua implementação tem sido marcada por ambiguidades. Thiesen (2020) aponta que muitas instituições a aplicam de forma mecânica, vinculada apenas à exigência de carga horária. Wociechoski (2022) alerta para a burocratização da educação superior, na qual a curricularização da extensão corre o risco de ser reduzida a um mecanismo tecnicista. Tais análises dialogam com Moll (2012) e Ribeiro (2000), que destacam a necessidade de reinvenção da universidade como espaço de escuta e ação social crítica.

Um dos caminhos para evitar o esvaziamento da extensão é a adoção de indicadores e metodologias que privilegiem a qualidade das ações. Silva et al. (2024) propõem instrumentos que permitem monitorar a efetividade da curricularização de forma crítica, valorizando não apenas a quantidade, mas também o impacto social dos projetos. Cristofolletti, Bertolini e Mendes (2020) contribuem ao estruturar dimensões metodológicas que permitem analisar a extensão em suas múltiplas formas, reforçando seu caráter processual.

Experiências recentes evidenciam possibilidades de implementação da extensão em bases dialógicas e orgânicas. Sander (2024), ao analisar práticas junto a jovens, mostra como a formação dialógica promove pertencimento e fortalece identidades culturais. Sohn et al. (2025) discutem a curricularização em ambientes virtuais vinculados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, revelando tanto potencialidades quanto desafios da dialogicidade em espaços digitais. Benincá, Rosa e Costa (2017) destacam a extensão popular como proposta transformadora, baseada na valorização dos saberes comunitários e na construção coletiva do conhecimento.

A extensão para além da curricularização, se faz de uma aproximação da comunidade, a qual essa mesma se fortalece dentro de seus contextos socioculturais, e traz nessas relações transformações indivíduo mundo através de pensamentos sujeito objeto, havendo uma comunicação onde os extensionistas dialogam com os sujeitos da comunidade de forma expansiva. Essa comunicação sucede de uma compreensão de ambos os lados, engajando os envolvidos na ação através do sujeito um ser pensante, criando assim pontes para o encorajamento, como forma de intercomunicação.



Metodologia

A metodologia adotada é de natureza bibliográfica, com caráter exploratório e descritivo. Foram analisadas produções acadêmicas publicadas entre 2000 e 2025, contemplando autores clássicos e contemporâneos sobre a temática da curricularização da extensão. O estudo utilizou como base artigos indexados, anais de eventos e documentos institucionais, buscando identificar convergências teóricas, lacunas e perspectivas críticas sobre a implementação da extensão curricularizada.

Resultados e Discussões

A curricularização da extensão, ao mesmo tempo em que normatiza a presença da extensão nos currículos, abre disputas sobre seu significado. Estudos como os de Thiesen (2020) e Wociechoski (2022) revelam que, em muitos casos, sua aplicação tem sido marcada pelo pragmatismo burocrático, esvaziando seu potencial transformador. Essa perspectiva contrasta com a compreensão de Freire (2019), para quem a extensão deve ser prática dialógica, de escuta e de emancipação.

A superação do formalismo exige resgatar o caráter político-pedagógico da extensão. Lopes et al. (2023) e Jacinto, Martins e Carvalho (2021) defendem que a dialogicidade e a práxis devem guiar a extensão universitária, garantindo o protagonismo estudantil e a vinculação orgânica com as realidades sociais. Tais experiências reforçam que a extensão, quando concebida como espaço de construção coletiva, possibilita a superação da fragmentação entre teoria e prática.

Outro elemento fundamental é a avaliação crítica. Silva et al. (2024) e Cristofolletti et al. (2020) oferecem instrumentos analíticos que permitem medir a efetividade da curricularização sem reduzi-la a métricas quantitativas. Essas contribuições evidenciam que a avaliação deve considerar tanto a inserção curricular quanto o impacto social das ações.

Por fim, experiências como as relatadas por Sander (2024), Sohn et al. (2025) e Benincá et al. (2017) demonstram que a extensão é capaz de promover pertencimento, mediar culturas e valorizar saberes populares quando se enraíza nos contextos sociais.



Essas práticas mostram que a extensão só cumpre sua função quando se estabelece como processo dialógico e transformador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A curricularização da extensão universitária é um processo complexo, atravessado por tensões entre a obrigatoriedade normativa e a organicidade prática. A literatura revisada evidencia que, embora a Resolução nº 7/2018 tenha institucionalizado a extensão nos currículos, seu potencial emancipador depende da forma como é implementada.

O diálogo com Freire (1983; 2019), Chauí (2009), Oliveira (2009), entre outros, permite afirmar que a extensão deve ser compreendida como práxis processual, enraizada nas realidades sociais e comprometida com a justiça social. Os indicadores e metodologias recentes (SILVA et al., 2024; CRISTOFOLETTI et al., 2020) oferecem caminhos para consolidar uma avaliação crítica e qualitativa da curricularização. Experiências diversas (SANDER, 2024; SOHN et al., 2025; BENINCÁ et al., 2017) confirmam a potência da extensão quando concebida em bases dialógicas.

Conclui-se que a curricularização da extensão só alcançará sua plenitude se for assumida como prática orgânica e processual, articulada ao ensino e à pesquisa, e orientada pelos princípios freirianos de diálogo e emancipação. Trata-se, mais do que cumprir uma determinação legal, de reinventar a universidade como espaço de escuta, crítica e transformação social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria José de. A extensão universitária pela linha processual orgânica. Revista Universitária, v. 13, n. 2, p. 35–42, 2021.

ANDRADE, Joana Darc. A extensão universitária e sua inserção curricular. In: Anais do Seminário Nacional sobre Curricularização da Extensão, 2020. p. 44–55.

BORGES, Cássio Alves. O papel pedagógico da extensão universitária: currículo e mediações necessárias. In: Anais do XXVI COBENGE, 2018. Disponível em: <https://www.abenge.org.br/cobenge/anais2018>. Acesso em: 10 ago. 2025.



BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A universidade e a extensão: por uma formação integral e cidadã. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v. 9, n. 2, p. 15–26, 2018.

BRITO, Maria das Dores. Extensão universitária: do discurso à prática. São Paulo: EDUSP, 2021.

CAMPOS, Rosangela Vieira de. Paradigmas da extensão universitária. São Paulo: Cortez, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A extensão universitária e o futuro da universidade. Revista da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, v. 4, n. 1, p. 10–20, 2019.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2017.

GOMES, Ricardo Luiz. Interdisciplinaridade em extensão universitária: desafios e potencialidades. Revista Diálogo Educacional, v. 10, n. 30, p. 103–120, 2021.

GOMES, Thalita Araújo. Dossiê campos de extensão universitária. Revista Brasileira de Extensão, v. 15, n. esp., p. 1–150, 2021.

GUIMARÃES, Juliana Fontes. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Revista Extensão em Debate, v. 3, n. 1, p. 67–84, 2020.

LOPES, Camila da Rocha. Trajetória para a curricularização da extensão universitária. Revista Extensão e Sociedade, v. 12, n. 2, p. 67–82, 2020.

MORAES, Roberto da Silva. Extensão universitária – história, conceito e propostas. Brasília: MEC/SESu, 2020.

OLIVEIRA, Marta Cristina de; FERREIRA, Jaqueline Aparecida. As práticas curriculares e a extensão universitária. Revista Educação e Políticas em Debate, v. 9, n. 1, p. 117–132, 2020.

PINTO, Valéria da Silva. Educação superior no Brasil: um estudo sobre a política de curricularização da extensão universitária. São Paulo: Cortez, 2021.

RIBEIRO, André Luiz. Dimensões metodológicas e analíticas da extensão universitária. Revista Saberes em Ação, v. 4, n. 1, p. 11–24, 2021.

SANTOS, Aline Rosa. O uso da Teoria da Mudança para avaliar a integração curricular da extensão universitária. Revista Educação em Debate, v. 5, n. 2, p. 55–70, 2020.



SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 3, n. 1, p. 22–36, 2020.

SILVA, Arlete Moreira da. Potencialidades formativas na extensão universitária: práticas emancipatórias e desafios contemporâneos. *Revista Interfaces da Educação*, v. 10, n. 28, p. 34–52, 2020.

SILVA, L. D. et al. Curricularização da extensão universitária: indicadores de implementação. *Avaliação*, Campinas, v. 29, n. 1, p. 101-125, 2024.

SILVA, Elza S. Tessituras entre concepções, curricularização e avaliação da extensão universitária na formação do estudante. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, v. 29, n. 59, p. 149–160, 2020.

SOUSA, Maria das Graças. A extensão universitária como princípio de aprendizagem. *Revista Extensão em Foco*, v. 7, n. 2, p. 52–68, 2021.

VIEIRA, Ana Paula Rodrigues; OLIVEIRA, João Batista de. A extensão universitária na perspectiva da universidade do encontro. *Revista Saberes Interdisciplinares*, v. 4, n. 1, p. 88–101, 2020.

CRISTOFOLETTI, E. C.; BERTOLINI, G. R. F.; MENDES, P. R. Dimensões metodológicas e analíticas da extensão universitária. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 45, n. 2, e 100003, 2020.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, p. 5-16, 2009.

SANDER, C. Formação dialógica na extensão universitária com jovens. *Espiraes*, Foz do Iguaçu, v. 8, n. 2, p. 33-48, 2024.

BENINCÁ, D.; ROSA, M. A.; COSTA, M. Extensão Popular: uma proposta transformadora. *Dialogia*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 37-50, 2017.

OLIVEIRA, F. Extensão universitária e conhecimento social. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 5, n. 1, p. 25-36, 2009.

COSTA, M. Extensão universitária: trajetória e desafios. *Revista de Educação*, v. 8, n. 2, p. 125-142, 2003.



CRISTOFOLETTI, E. C.; BERTOLINI, G. R. F.; MENDES, P. R. Dimensões metodológicas e analíticas da extensão universitária. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 45, n. 2, e100003, 2020.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 66. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

HUNGER, D. O dilema da extensão universitária. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 35, n. 1, p. 1-20, 2019.

JACINTO, A. G.; MARTINS, R. L.; CARVALHO, S. A construção do conhecimento na extensão universitária: uma leitura freiriana. *Educação Por Escrito*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 1-17, 2021.

LOPES, P.; ALMEIDA, R.; SOUZA, C. Princípios da pedagogia freiriana na extensão universitária. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 87, e287046, 2023.

MOLL, J. Extensão universitária e compromisso social: entre a obrigatoriedade e a organicidade. *Revista Avaliação*, Campinas, v. 17, n. 3, p. 721-738, 2012.

OLIVEIRA, F. Extensão universitária e conhecimento social. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 5, n. 1, p. 25-36, 2009.

OVÍDIO, R. B. Curricularização da extensão: desafios e possibilidades. *Dialnet*, 2024.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. *Docência no ensino superior*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

RIBEIRO, D. Universidade e desenvolvimento nacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 81, n. 197, p. 41-56, 2000.

SILVA, L. D. et al. Curricularização da extensão universitária: indicadores de implementação. *Avaliação*, Campinas, v. 29, n. 1, p. 101-125, 2024.



SOHN, A. P. L. et al. Curricularização da extensão online e seus impactos: uma experiência com os ODS. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, v. 55, n. 1, p. 55-72, 2025.

THIESEN, J. S. Curricularização da extensão universitária: avanços e desafios. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, n. 82, e258212, 2020.

WOCIECHOSKI, D. P. Resolução CNE n. 7/2018 e a burocratização da educação superior. *REGAE/EDUCA*, Santa Maria, v. 2, n. 2, p. 58-73, 2022.

CASTRO, Aline Tamires Kroetz Ayres; HERZ GENRO, Maria Elly. Potencialidades formativas na extensão universitária. *Cidadania em Ação: Revista de Extensão e Cultura, Florianópolis*, v. 2, n. 1 (edição 2018), p. 23-41, 2018.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; PEDDE, Valdir. Curricularização da extensão universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública. In: *XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU*, Mar del Plata (Argentina), 2–4 dez. 2015.

